

ATA Nº 14/2019 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS. Aos quinze dias do mês de outubro de dois mil e dezanove, às dezesseis horas, reuniram-se na Casa dos Conselhos, localizada na rua 1822, nº 1510, Balneário Camboriú, os(as) seguintes **conselheiros(as)**: Thomas Herman Sant'Ana Maciel (Titular/Coopermar); Tatiane Aparecida Martins do Rosário (Titular/Sec. de Educação); Ana Carolina Lemos Cavaleiro (Suplente/Sec. de Educação); Monalisa Lunardelli (Suplente/Sec. Saúde); Carlos Eduardo Castano (Suplente/Procuradoria Geral); Maristela Rocha (Sec. da Pessoa Idosa); Talita da Silva (Titular/OAB); Otávio José Zini Vieira (Titular/Amigos e Tribos); Fernando Lisboa (Suplente/Associação de Travestis e Gays de BC); Elaine Sant'Ana Maciel (Suplente/Coopermar); Retijane Popelier (Suplente/ACESA); Daniel Pereira dos Santos (Titular/Semear); Giovan Nardelli (Titular/ACAD) e Claudemir Gonçalves (Titular/CRP 12); Eliz Marine Wiggers (Suplente/CRP 12). Contando com a participação de **outros representantes**: Antonio Ivo Dal Piva (Casa dos Conselhos); Patrício Oliveira Pain (CRAS); Luiz (Associações); Pedro Afonso Meireles. **Justificaram Ausência**: Mariza Zanoni Fernandes (Titular/ACESA). **Ofícios expedidos**: Ofício nº 24/2019 de 24 de setembro de 2019, solicitando presença de representantes do CREAS BC e do CRAS BC para esclarecer dúvidas referente ao projeto, "Campanha Dar esmola mantém ele na rua". Presidente Otávio inicia a reunião e passa-se às duas atas, nº 11/2019 e nº 12/2019 que foram aprovadas e assinadas pelos presentes, após foram feitas as apresentações de cada representante. Presidente informa que expediu ofício para o CRAS e CREAS, visto que na última reunião extraordinária apenas teve a presença do representante da Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Social, visto que ficaram algumas dúvidas quanto ao programa "Não dê esmola" e do CRAS e CREAS. Patrício representante do CRAS falou que não tem como responder os questionamentos dos conselheiros, dado que não é da sua área de trabalho o programa "Não dê Esmola", pois não tem nenhum vínculo com o CRAS, sendo a acolhida e o serviço de abordagem realizado pelo CREAS. Conselheira Eliz pronunciou-se falando que há dúvida quanto ao projeto, já que em reunião anterior Patrícia explicou que este projeto foi alterado, mas que ainda está em reformulação, tendo participação do CREAS e CRAS já que não existe centro POP (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua) como consta no programa. Conselheira Eliz indaga se o CRAS não participa do Programa realizando acolhida, atendimento ou assistência. Patrício fala que quando chegam moradores de rua no CRAS presta-se acolhida e informa-se o pessoal da abordagem social para atendê-los, informando também que o CRAS trabalha as famílias nos territórios, sendo que o único atendimento prestado para os moradores de rua é o cadastro único. Conselheira Monalisa explica que no CAPS AD trabalham com pessoas em situação de rua, sendo a abordagem social realizada todos os dias pela manhã e à tarde, quando levam as pessoas acolhidas para a Casa de Passagem, porém somente para os indivíduos que têm interesse em fazer um tratamento, sendo este realizado de forma voluntária e ressalta que detém apenas a informação exposta, não tendo mais conhecimento do programa. Monalisa complementa que as pessoas em situação de rua que chegam no CAPS AD à tarde, passam pelo processo de acolhimento, plano terapêutico, passam pela assistência social, para então ser encaminhado à comunidade Viver Livre, com a qual se tem um convênio, porém se faz necessário passar por esta avaliação para ver se é possível encaminhá-lo. Saindo do CAPS AD já com medicação, o motorista os leva até a clínica Viver Livre, sendo acompanhado o desenvolvimento do tratamento através de relatórios que o Viver Livre encaminha semanalmente, e na sequência retornam para consultas psiquiátricas. Ressalta que esta parte é feita pela área da Saúde. Conselheira Monalisa pontua que também prestam orientações quanto aos documentos ou benefícios, entre outras orientações. Complementa que a única coisa que a abordagem faz é estacionar a van e descarregar as pessoas, sendo que aqueles que não conseguem lugar, vêm no decorrer do dia. Após Presidente indaga quem são os psiquiatras, visto

que soube que a Rede está sem. Conselheira Monalisa diz que não sabe informar sobre toda a Rede, mas esclarece que onde tem psiquiatras são os CAPS e que o PAI está com ausência psiquiátrica. Conselheiro Daniel pergunta se há alguma política de inserção social quanto ao mercado de trabalho. Conselheira Monalisa esclareceu que os pacientes que estão no Viver Livre terão o tratamento completo no período de nove meses, após terminar o tratamento têm prazo de até 3 meses para permanecer na comunidade e buscar trabalho. É exposto que o CAPS AD auxilia na procura de um trabalho através do Sine e também através da Assistência Social, porém é dificultoso devido ao preconceito. Conselheiro Daniel coloca a possibilidade do Conselho sugerir ao município um programa de qualificação profissional a essas pessoas. Monalisa fala que na Secretaria de Inclusão Social já há cursos de capacitação, Presidente complementa que existe cursos de panificação, culinária, marcenaria, manicure entre outros. Conselheira Eliz pergunta se no centro de convivência as pessoas em situação de rua são encaminhadas para qualquer setor da prefeitura seja saúde, educação, inclusão social. Patrício fala que não tem conhecimento, mas informa que nos CRAS fazem encaminhamentos, e complementa que existem três CRAS na cidade e diz não entender porque apenas ele foi convidado. Presidente explica que foi notificado o órgão que fez a distribuição. Conselheira Regiane, expõe que, não estava presente nas reuniões onde foram discutidos estes assunto, pede que seja lembradas as dúvidas referente ao Programa Não Dê Escolas, o que foi prontamente explicado pelo presidente. Após conselheira Eliz pergunta se a abordagem social é um órgão específico ou faz parte do CREAS. Patrício fala que era um departamento da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social e para se adaptar ao SUAS um atendimento de alta complexidade, está subordinado ao CREAS, não estando mais ligado diretamente à Secretaria. Eliz fala que pelo que compreendeu a Abordagem Social está vinculado ao CREAS para ser reorganizado dentro do sistema único de assistência social, mas continua sendo um órgão separado fazendo articulação especificamente com a população de rua, ou seja ainda só resgate social, casa de passagens. Monalisa explicou sobre o processo de encaminhamento que pessoas recolhidas pela abordagem social vão para o CREAS, passam pela assistente social do CREAS, que realiza cadastro, e autoriza ou não a hospedagem na Casa de Passagem e expõe os serviços disponíveis. Ressalta que o problema é que caso o indivíduo queira um tratamento ambulatorial não existe a possibilidade de permanecer na Casa de Passagem, então volta para rua. Conselheira Elaine Sant' Ana Maciel informa que deram a opção de trabalho, o que Cristina suspendeu, sendo assim, expostos novamente na rua, pontua que são da Cooperativa de materiais recicláveis, futuro CMV. Monalisa informa que a abordagem social encaminha para várias outras comunidades terapêuticas inclusive em outras cidades, porém fala que não conhece nenhuma. Fernando fala que o município ou sistema está "secando gelo", com o aumento significativo de pessoas em situação de rua, indaga qual seria a solução para o problema. Monalisa fala que não há uma solução absoluta, ressalta que no seu caso o que falta, fala que tem todo o apoio necessário para tanto pessoas que estão em situação de rua quanto os que não estão. Porém quando o CAPS fecha todos voltam para rua, complementa que na casa de passagem podem ficar 48 horas, porém em alguns casos conseguem um pouco mais através de contato com Maria Cristina e quando tem vaga para internar no Viver Livre, porém o indivíduo que não quer se internar e quer fazer tratamento e fazer um ambulatorial não tem onde dormir a noite, pontua que deveria existir um casa de acolhimento um centro POP, tendo uma lacuna. Presidente pede a palavra por questão de ordem coloca em discussão o programa Bem estar da família, já que representante do CRAS está presente, Presidente explica que o programa será implantado no bairro dos Municípios, e faz breve explicação expondo que o Brasil é o único país do mundo que tem um SUS e SUAS que se propõe a um atendimento universal tanto na área da saúde quanto na área social, fala que OMS (Organização Mundial da Saúde) tem um programa que extremamente parecido com o já existente no Brasil, que tentam implantar nos diversos países do

mondo. Ressalta que foi buscado pela Secretaria de Inclusão Social junto à OMS para ser implantado nos bairros dos Municípios, tendo nesta região maior número de equipamentos e melhor atendimento quanto estratégia de saúde familiar na cidade de Balneário Camboriú, complementa que seria mais interessante se fosse implantado em local que não tem toda esta estrutura. Presidente expõe que na reunião dos presidentes foi discutido o porquê não foi implantado, por exemplo, no Jardim Denise que não tem assistência nenhuma. Ressalta que este cadastramento é feito via CRAS. Presidente indaga a Patrício sobre a implantação do programa, se não seria ser implantado em outro local e como será feito a escolha das famílias. Patrício fala que não tem como responder, pois é um projeto que é aplicado ao bairro dos municípios, explica que tem projetos podem ser aplicados diferentemente de CRAS para CRAS, fala que seria interessante chamar a Nasa coordenadora do CRAS dos municípios que está a frente do programa. Tatiane questiona onde está o centro POP. Conselheira explica que nunca existiu um centro POP. Presidente informa que existia um projeto que foi feito e segundo informações passadas pela própria Patrícia o dinheiro que seria para construir o centro POP foi devolvido, estava determinado para ser na rua dois mil, visto que o centro POP só pode ser instalado em uma área central. Patrício fala que a informação que recebeu dos vizinhos é que não queriam a instalação do centro POP. Presidente indaga se isso é motivo para cancelar uma política pública, dado que o motivo é não desejar esses indivíduos em situação de rua próximo a sua residência. Monalisa fala que há muitas possibilidades para instalação do centro POP. Presidente concorda e cita que recentemente no seminário de atenção psicossocial um município teve o mesmo problema de resistência da população, porém manteve a instalação do centro POP, o qual gerou benefícios para cidade inteira, ressalta que faltou para instalação na cidade Balneário Camboriú: coragem e vontade política. Presidente informa que entrou em contato com outros municípios e obteve a informação em contraponto da informação recebida por Patrícia de que Itajaí, Joinville e Blumenau estariam querendo fechar o centro POP, todavia as primeiras respostas a Retijane faz fala sobre estar cuidando das consequências não se tratando a causa, dinheiro público sendo gasto não obtendo resultados efetivos, sugere ao conselho buscar informações sobre as teorias sistêmicas. Conselheiros discutem a atuação do controle social perante os programas de governo e sua importante função de fiscalizar. Presidente fala que irá oficializar o CREAS e mandar ofício ao ministério público pedindo a presença de alguém do ministério público para obter as respostas. Presidente altera item de pauta passando-se para pauta **Eleições**, informando que são quatro cargos a serem votados: presidente, vice-presidente, primeiro secretário e segundo secretário. Presidente coloca em votação para ser realizado a apresentação dos candidatos e votação no mesmo dia ou apresentar-se na referida reunião e votar na próxima, sendo decidido por unanimidade dos conselheiros a apresentação dos candidatos e votação na mesma reunião, Presidente complementa que a votação é feita de maneira secreta e mais votado será presidente e o segundo mais votado como vice-presidente. O presidente candidatou-se novamente, seguido das candidaturas de Tatiane e Talita para o cargo de presidente. Foi cogitada a possibilidade de não ser feita a eleição secreta, mas optou-se por ela, em vista da maioria concordar. Procedida a eleição sendo doze votantes presentes, Otávio obteve nove votos, Tatiane, dois votos e Talita um voto, sendo eleito Otávio presidente e Tatiane vice-presidente. Passou-se a apresentação dos candidatos aos cargos de secretários, Ana Carolina, Thomas e Daniel e a seguir a votação que apurou-se Daniel sete votos, Ana Carolina dois votos e Thomas três votos, elegendo-se desta forma Daniel, primeiro secretário e Thomas, segundo secretário. O Presidente colocou ainda que, consultando o Regimento Interno, cargo comissionados não podem ser votados para os cargos de presidente e de vice presidente, ficando então a candidatura de Tatiane impugnada e passando Talita ao cargo de vice-presidente. A última colocação foi a sugestão do Presidente de enquanto conselho, fazer uma resolução que os projetos que saiam das Secretarias afetos aos direitos

humanos sejam passados pelo conselho, sendo aprovado pelos conselheiros presentes. E o último item de pauta que seria Jardim Denise foi passado para próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, é dada por encerrada a reunião e eu, Antonio Ivo Dal Piva, da Casa dos Conselhos, lavro a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes para que surta os efeitos legais.

Maudemir J. Costa Eliz Maria Wapner
Daniel Pereira
Carla J. de
Ana Carolina L. L. L. L.
A. J. E. V.